### Aplicações de Ferramentas Computacionais e Estatísticas em um Escritório de Advocacia

Djonathan Luiz de Oliveira Quadras

2020-04-21

## Contents

В	em vindo!	5
$\mathbf{R}$	esumo	7
1	Introdução	9
<b>2</b>	Revisão da Literatura	11
	2.1 Citações Gerais	. 11
	2.2 Jurimetria e Informática Jurídica	. 11
	2.3 A Ciência de Dados	. 12
3	Metodologia	13
4	Resultados	15
5	Discussões e Conclusão	17

4 CONTENTS

### Bem vindo!

Este é o site da minha monografia a ser apresentada ao Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas (DEPS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sinta-se a vontade para me enviar suas sugestões e críticas! :)

 $Contato:\ oliveira.ind.eng@gmail.com$ 

6 CONTENTS

## Resumo

Working on it :)

8 CONTENTS

### Introdução

A idéia de formalizar os processos de tomada de decisão para que possam ser automatizados por algoritmos tem sido uma idéia atraente para muitos estudiosos e profissionais da área jurídica (Waltl and Vogl, 2018). De fato, em 1991 Fiedler já defendia a utilização de sistemas inteligentes e a aplicação de técnicas de inteligência artificial (IA) nos sistemas jurídiculos em detrimento da utilização de sistemas puramente "organizadores".

Fiedler (1991) defende que a utilização da lógica no direito é algo necessário e aproxima a ideia de lógica jurídica com a lógica matemática.

### Revisão da Literatura

#### 2.1 Citações Gerais

Saarenpaä (2018) afirma que sistemas de informação devem sempre ser planejados para minizar o risco de erros humanos e, consequentemente, minimar os impactos dos erros.

Saarenpaä (2018) afirma que há muitos tipos de advogados hoje, incluindo aqueles que aderem às novidades tecnológicas e aqueles que as rejeitam. O autor cita que rejeitar as novidades tecnológicas é um tremendo erro uma vez que "nada é criado no vácuo" e tudo necessita de uma influência.

Saarenpaä (2018) defende que a lei e os advogados trabalham combinando premissas factuais e normativas.

Waltl and Vogl (2018) defendem sobre a Tomada de Decisão Algorítmica (TDA) e sugere que existe duas razões para sua aplicação: (1) a habilidade de entendimento fácil e consequente representação do conhecimento e (2) a explicabilidade e transparência de decisões.

#### 2.2 Jurimetria e Informática Jurídica

Saarenpaä (2018) afirma que a informática jurídica é mais do que uma simples especialização.

Waltl and Vogl (2018) dividem nas seguintes abordagens diferentes de raciocínio IA:

 Raciocínio Dedutivo: sistemas de especialistas jurídicos, programação lógica clássica;

- Raciocínio Baseado em Casos: indução de regras com base em casos anteriores e precedentes;
- Raciocínio Abdutivo: vinculação semântica, encontrar explicações simples e prováveis;
- Raciocínio Viável: lógicas não monotônicas e argumentação;
- Raciocínio Probabilístico: lógica difusa, raciocínio em termos indeterminados e vagos;
- Raciocínio Sobre Ontologias: representações formais do conhecimento, rede semântica;
- Raciocínio Estatístico: incluindo abordagens de aprendizado de máquina (ML não supervisionado);
- Aprendizado Avançado de Máquina: aprendizado ativo, interativo e de reforço.

#### 2.2.1 Artigos que apresentam softwares

Revisão

#### 2.2.2 Proteção de dados

Revisão

#### 2.3 A Ciência de Dados

Waltl and Vogl (2018) alertam que os sistemas inteligentes e que regularmente são utilizados pela ciência de dados parecem muito com "caixas pretas" onde ocorre uma "mágica" que devolve um resultado surpreendente. Isso gera um desinteresse em compreender profundamente o que acontece por trás de toda a programação.

#### 2.3.1 Modelos Estatísticos e de Inteligência Artificial

Explicação dos modelos

## Metodologia

Waltl and Vogl (2018) Concorda com Wickham quato à metodolodia aplicada à ciência de dados, explicitando que as etapas são:

- Aquisição dos Dados;
- Pré-processamento dos dados;
- Transformação dos Dados;
- Treinamento e aplicação do modelo de Inteligência Artificial;
- Interpretação e avaliação.

Working on it:)

## Resultados

Working on it :)

## Discussões e Conclusão

Working on it:)

# **Bibliography**

- Fiedler, H. (1991). Computers and legal reasoning: Developments in germany. Computers and the Humanities, 25:141-147.
- Saarenpaä, A. (2018). Legal informatics and the scarcity of justice. In *Conference proceedings IRIS 2018*, pages 1–6, Salzburg, Austria.
- Waltl, B. and Vogl, R. (2018). Explainable artificial intelligence the new frontier in legal informatic.  $Jusletter\ IT,\ 4:1-10.$